



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS**

MARIA EMÍLIA SANTOS DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA: FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA
GESTÃO ESCOLAR**

**JOÃO PESSOA
2025**

MARIA EMÍLIA SANTOS DA SILVA

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA: FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA
GESTÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso, orientado pelo prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara, como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba.

JOÃO PESSOA
2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Maria Emília Santos da.

Educação sexual na escola pública: função pedagógica da gestão escolar / Maria Emília Santos da Silva. - João Pessoa, 2025.

35 f.

Orientação: Marcos Angelus Miranda de Alcantara. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Gestão democrática. 2. Gestão escolar. 3. Educação sexual. I. Alcantara, Marcos Angelus Miranda de Alcantara. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37.09(043.2)

MARIA EMÍLIA SANTOS DA SILVA

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA: FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA
GESTÃO ESCOLAR

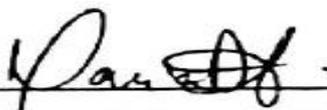
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de
Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da
Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência
para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em 07 de maio de 2025

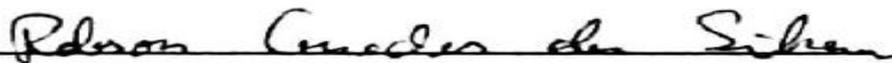
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara
DHP/CE/UFPB
Orientador



Profa. Dra. Maria Deborah Cabral de Sousa
DFE/CE/UFPB
Examinadora



Prof. Dr. Robson Guedes Da Silva
DME/CE/UFPB
Examinador

Agradecimentos

A Deus por ter me dado força e fortalecido a minha fé para ter superado os obstáculos que surgiram no decorrer do curso; a minha amada avó Marlene por ter me dado forças e me incentivado a nunca desistir dos meus sonhos e por ter me influenciado a quebrar padrões de falta de educação formal e como sua primeira neta a estar se graduando em uma universidade federal, meu coração se enche de alegria por ela nunca ter soltado minha mão; aos meus irmãos que mesmo indiretamente me impulsionaram a ser uma pessoa melhor; a Thalles, um anjo que a UFPB me presenteou, e que fez com que essa caminhada se tornasse mais leve; aos meus amigos do grupo “magia rosa” que ao longo desses anos foram os melhores companheiros de viagem que a vida poderia ter me dado e a todos meus familiares por terem compreendido a minha ausência durante a graduação; ao meu orientador pela correção e ensinamentos, que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar como a gestão democrática pode contribuir para a implementação da educação sexual nas escolas públicas, considerando os desafios estruturais, culturais e pedagógicos envolvidos. A pesquisa parte do problema da ausência de práticas efetivas de educação sexual, apesar das diretrizes legais e da consciência sobre sua importância. Fundamentado em autores como Gomes (2020), Mattos (2011) e na legislação educacional (BNCC, ECA), o estudo destaca a educação sexual como direito dos estudantes e estratégia de prevenção às violências e construção da cidadania. Metodologicamente, adota abordagem qualitativa, com entrevista semiestruturada aplicada a uma gestora escolar e análise de conteúdo baseada em Bardin (2011). Os resultados demonstram que, embora a gestão reconheça a relevância do tema, faltam políticas institucionais, formação docente e recursos didáticos. As discussões apontam que resistências culturais e ausência de apoio dificultam a prática. Conclui-se que a gestão democrática, aliada à formação continuada e à participação da comunidade escolar, é essencial para efetivar uma educação sexual crítica, inclusiva e humanizada.

Palavras-Chave: gestão democrática. gestão escolar. educação sexual.

ABSTRACT

This work aims to analyze how democratic management can contribute to the implementation of sex education in public schools, considering the structural, cultural, and pedagogical challenges involved. The research stems from the problem of the absence of effective sex education practices, despite legal guidelines and awareness of its importance. Based on authors such as Gomes (2020), Mattos (2011), and educational legislation (BNCC, ECA), the study highlights sex education as a right of students and a strategy for violence prevention and citizenship building. Methodologically, it adopts a qualitative approach, with a semi-structured interview conducted with a school manager and content analysis based on Bardin (2011). The results show that, although management recognizes the relevance of the topic, there is a lack of institutional policies, teacher training, and didactic resources. The discussions indicate that cultural resistance and lack of support hinder practice. It is concluded that democratic management, combined with continuous training and the participation of the school community, is essential to achieve a critical, inclusive, and humanized sex education.

Keywords: democratic management; school management; sex education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO ESCOLAR: PORQUE ESTUDAR ESSA RELAÇÃO? 8	
1.2 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO ESCOLAR: QUAL O PROBLEMA?	11
1.3 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA	14
2 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ESTUDO	16
2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	16
2.2 PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA	20
2.3 METODOLOGIA DE PESQUISA	23
2.3.1 Sujeito da Pesquisa.....	24
2.3.2 Instrumento e Procedimentos.....	24
2.3.3 Análise dos Dados	25
3 DIÁLOGO COM GESTORA ESCOLAR: RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
3.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL	26
3.2 SITUAÇÃO CONCRETA NA ESCOLA.....	27
3.3 TEMÁTICAS NECESSÁRIAS	28
3.4 RESISTÊNCIAS E DESAFIOS	29
3.5 PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo introduz a temática da educação sexual e sua relação com a gestão democrática que se trata do modelo de administração escolar que valoriza a participação coletiva de todos os segmentos da comunidade educativa no contexto escolar, destacando a importância da abordagem da sexualidade como um direito dos estudantes. A partir de um embasamento legal e acadêmico, o texto discute a educação sexual que vá além dos aspectos biológicos, incorporando dimensões sociais, emocionais e culturais. Além disso, problematiza o objetivo da pesquisa ao abordar os desafios e barreiras enfrentados na implementação dessas políticas, bem como o papel fundamental da gestão democrática e da participação da comunidade escolar na construção de um ambiente educativo inclusivo e seguro.

1.1 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO ESCOLAR: PORQUÊ INVESTIGAR ESSA RELAÇÃO?

A escolha do tema e a delimitação do problema ao contexto da gestão democrática escolar surge a partir da minha vivência no curso de Pedagogia, onde percebi a relevância desse debate para a formação integral dos estudantes. Durante minha trajetória acadêmica, observei como a falta de conhecimento adequado sobre gênero e sexualidade pode gerar desinformação e vulnerabilidade, reforçando a necessidade de um trabalho pedagógico estruturado sobre o tema. As aprendizagens em disciplinas voltadas à gestão e políticas educacionais também contribuíram para que eu compreendesse o papel essencial da escola na promoção de uma educação sexual baseada em direitos e na participação ativa da comunidade escolar.

Minha formação me permitiu entrar em contato com diferentes abordagens sobre educação sexual e compreender como a resistência à sua implementação está muitas vezes relacionada a concepções equivocadas. Entre essas abordagens, destaco a perspectiva biológica, que foca nos aspectos reprodutivos e anatômicos; a abordagem preventiva, centrada na prevenção de ISTs e gravidez precoce; e a abordagem emancipatória, que valoriza a sexualidade como parte do

desenvolvimento integral do sujeito, promovendo o respeito, à diversidade e a autonomia.

A partir desse entendimento, reconheço a necessidade de um aprofundamento teórico e prático que possibilite uma atuação mais eficaz. Este trabalho, portanto, reflete um interesse genuíno em contribuir para uma educação mais inclusiva e pautada no respeito às diversidades.

A importância da educação sexual é respaldada por documentos legais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em situações de violência ou abuso sexual contra crianças e adolescentes, o ECA possibilita a adoção de medidas emergenciais de proteção, como por exemplo o afastamento do convívio familiar, que é uma decisão que cabe exclusivamente à autoridade judiciária, mediante a instauração de um procedimento judicial contencioso, sempre garantindo aos pais ou responsáveis o direito ao contraditório e à ampla defesa. Como por ver no art. 130 do ECA:

verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependentes do agressor.

Nesse sentido, a educação sexual é uma aliada nessa proteção, uma vez que possibilita à criança e adolescentes o conhecimento sobre o próprio corpo e como agir em situações de perigo que requeiram tais abordagens. No entanto, ainda existem desafios na efetivação dessa política, principalmente devido à resistência de setores conservadores e à falta de formação pedagógica adequada dos profissionais da educação. Dessa forma, a pesquisa se justifica pelo seu potencial de contribuir para o fortalecimento de práticas educativas alinhadas às diretrizes nacionais.

Do ponto de vista social, a abordagem da educação sexual na escola se relaciona diretamente com a prevenção da violência sexual, da gravidez precoce e de infecções sexualmente transmissíveis. Além disso, do enfrentamento ao machismo, à lgbtfobia e outras formas de preconceito e opressão de gênero. O Plano Decenal Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2023-2032) destaca a importância da escola na proteção dos estudantes, reforçando que a ausência de informação pode tornar crianças e adolescentes mais vulneráveis a

abusos. Assim, discutir o papel da gestão escolar na implementação eficaz de uma educação sexual é uma necessidade urgente para garantir a segurança e o bem-estar dos alunos.

A pesquisa acadêmica sobre educação sexual tem demonstrado sua importância na formação crítica dos estudantes e na promoção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. Estudos como os de Marquezan (2013) e Neri *et al.* (2015) apontam que uma abordagem educativa bem estruturada reduz a desinformação e o preconceito, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais ampla sobre sua sexualidade. Assim, a presente investigação se insere nesse campo, buscando contribuir com novas perspectivas sobre a gestão democrática da educação sexual.

No estudo de Gomes (2022), observa-se uma crítica direta à forma como a escola lida com a sexualidade no ambiente escolar. Segundo o autor, a sexualidade está presente na escola, mas de forma marginalizada, sendo expressa nos intervalos, nas conversas informais e nas reações dos alunos durante as aulas. Gomes (2022) reforça que, ao omitir a discussão sobre o tema, a escola acaba por deixar a educação sexual relegada à informalidade das ruas e da mídia, afastando-se de sua função pedagógica de promover o diálogo e a reflexão crítica sobre o assunto.

O autor defende que a educação sexual deve ser incorporada de maneira sistemática à estrutura da escola, com apoio institucional, aulas regulares e a participação ativa das famílias, destacando a importância de reconhecer a sexualidade como parte integrante do conhecimento humano e da formação dos estudantes.

Mattos (2019) enfatiza que a responsabilidade pela educação sexual não pode ser delegada exclusivamente à família, especialmente diante da realidade de que muitos jovens não recebem orientações claras em casa. A autora aponta que o déficit de informações corretas sobre sexualidade entre adolescentes contribui para a alta incidência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez indesejada e abortos inseguros.

Mattos (2019) reforça que a escola deve assumir um papel protagonista na promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens, oferecendo conteúdos que ultrapassem a simples prevenção e abordem questões de prazer, respeito e proteção

integral, tornando-se um espaço seguro para o desenvolvimento saudável da sexualidade dos/das estudantes .

Por fim, no estudo de Santos (2022), a discussão sobre a educação sexual na perspectiva da gestão escolar demonstra a importância do compromisso institucional para a eficácia dessas ações. A autora argumenta que a gestão da escola tem papel central na implementação de políticas públicas que garantam uma abordagem qualificada da sexualidade, assegurando que os projetos pedagógicos contemplem essa temática de forma transversal.

Santos (2022) destaca ainda a necessidade de formação continuada para os professores/as, possibilitando que se sintam preparados para conduzir as discussões de forma respeitosa e embasada, contribuindo para o enfrentamento dos preconceitos e para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos/todas os/ass estudantes

Apesar da crescente produção acadêmica sobre o tema, ainda há uma lacuna na análise da interseção entre educação sexual e gestão democrática. A maior parte das pesquisas se concentra na abordagem didática da sexualidade ou nos desafios de sua implementação, sem aprofundar como a participação da comunidade escolar pode influenciar a aceitação e a efetividade dessas políticas. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende preencher esse espaço, analisando como a gestão democrática pode favorecer a implementação de uma educação sexual mais ampla e eficaz.

Dessa forma, este trabalho se justifica pela necessidade de um olhar mais aprofundado sobre os desafios e possibilidades da educação sexual na escola pública, considerando a importância da gestão democrática na sua implementação. Ao articular conhecimentos teóricos e práticos, o estudo busca oferecer subsídios para a construção de políticas educacionais mais articuladas, promovendo uma educação sexual baseada em direitos e no respeito às diversidades.

1.2 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO ESCOLAR: QUAL O PROBLEMA?

A educação sexual nas escolas públicas é um tema que gera intensos debates na sociedade, sendo frequentemente alvo de resistência por parte de determinados grupos. Enquanto a BNCC e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

asseguram a importância dessa abordagem no contexto educacional, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. A gestão democrática, nesse cenário, aparece como uma ferramenta essencial para garantir que a educação sexual seja construída coletivamente, com a participação de professores, alunos, famílias e gestores.

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) desempenha um papel crucial ao estabelecer diretrizes claras para a proteção de crianças e adolescentes contra qualquer forma de violência, incluindo o abuso sexual. O ECA determina que, em casos de maus-tratos ou abuso, a autoridade judiciária pode adotar medidas cautelares, como o afastamento imediato do agressor da moradia comum, garantindo a integridade física e emocional da vítima (BRASIL, 2023).

Além disso, o Estatuto reforça que, durante todo o processo, deve-se assegurar o direito ao contraditório e à ampla defesa, promovendo uma proteção integral e articulada com as instituições de ensino. Assim, a educação sexual nas escolas, apoiada pela legislação vigente, não apenas previne situações de vulnerabilidade, mas também fortalece uma cultura de respeito e de denúncia, essencial para romper o ciclo de violência.

Estudos como os de Marquezan (2013) e Neri *et al.* (2015) demonstram que a educação sexual, quando trabalhada de forma transversal e participativa, contribui para a formação crítica dos estudantes e para a prevenção de vulnerabilidades. No entanto, esses estudos também indicam que a ausência de diálogo entre a escola e a comunidade pode gerar resistência, dificultando a implementação de políticas educacionais voltadas para a sexualidade.

Um dos principais entraves apontados por pesquisas acadêmicas, como a de Pontes (2011), é a desinformação sobre o que realmente é a educação sexual. Muitos setores da sociedade interpretam erroneamente essa prática como um incentivo à sexualização precoce, quando, na verdade, seu objetivo é justamente fornecer informações seguras e baseadas em evidências científicas. Essa resistência se reflete na atuação de alguns gestores escolares, que evitam incluir o tema na agenda escolar por receio de represálias ou de conflitos com a comunidade.

A gestão democrática, como prevista no art. 206º da Constituição Federal de 1988, possibilita que a escola desenvolva estratégias para incluir a comunidade de modo participativo nos debates de interesse coletivo. Conforme aponta o Plano

Decenal Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2023-2032), um dos fatores que dificultam a proteção dos estudantes é a falta de diálogo entre escola, família e sociedade. Dessa forma, espaços como conselhos escolares, audiências públicas e formação docente podem servir como meios para desconstruir preconceitos e ampliar a aceitação do tema.

A experiência de países escandinavos, onde a educação sexual é amplamente aceita e institucionalizada, demonstra que sua implementação reduz índices de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis (OMS, 2014). No Brasil, pesquisas como as de Neri *et al.* (2015) sugerem que nas escolas onde a educação sexual é abordada de forma integrada ao currículo e com participação ativa da comunidade, os resultados são mais positivos. Isso reforça a necessidade de uma abordagem democrática e sistemática do tema.

A educação sexual nas escolas públicas é um tema que gera intensos debates na sociedade, sendo frequentemente alvo de resistência por parte de determinados grupos. Enquanto a BNCC e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asseguram a importância dessa abordagem no contexto educacional, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. A gestão democrática, nesse cenário, aparece como uma ferramenta essencial para garantir que a educação sexual seja construída coletivamente, com a participação de professores, alunos, famílias e gestores (Gomes, 2020).

Além disso, o ECA reforça a urgência de se combater o abuso e a exploração sexual infantil por meio de medidas preventivas e protetivas. O documento determina que, verificada a ocorrência de maus-tratos, opressão ou abuso sexual, a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum, como forma de proteger a criança ou adolescente (Brasil, 2023). Dessa maneira, a abordagem da educação sexual nas escolas deve ser entendida não apenas como uma orientação pedagógica, mas como um instrumento estratégico de prevenção às violências, respaldado pelo próprio Estatuto, que busca garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes à dignidade e à segurança.

Outro ponto crítico identificado por pesquisas é a falta de preparo dos professores para abordar o tema em sala de aula. O Plano Decenal da Paraíba (2023) destaca que a formação continuada é um dos pilares para garantir que a educação sexual seja tratada com responsabilidade e embasamento teórico. No entanto, muitos

docentes não recebem capacitação adequada e, por isso, evitam tratar do tema, comprometendo a qualidade da informação oferecida aos estudantes.

Gomes (2020) reforça que a gestão democrática deve assumir um papel proativo na promoção de espaços de diálogo e formação para docentes, fortalecendo sua autonomia e competência para tratar da educação sexual de maneira ética e informada. A pesquisa aponta que, muitas vezes, os gestores não percebem seu papel estratégico na criação de ambientes formativos, limitando a abordagem do tema apenas a ações pontuais ou terceirizadas, o que fragiliza o processo educativo e mantém a evasão do assunto nas salas de aula.

Diante desse cenário, surge a seguinte questão-problema: de que maneira a gestão democrática pode contribuir para a implementação da educação sexual na escola pública, garantindo uma escola que respeite a diversidade e os direitos dos estudantes? A pesquisa se propôs a investigar essa questão a partir do estudo de políticas educacionais, textos acadêmicos e experiências práticas, buscando compreender os desafios enfrentados pela gestão de uma escola pública da rede municipal de Pernambuco, especialmente a Escola Professora Maria Madalena de Pontos Rodrigues.

1.3 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA

Para organizar a discussão proposta, este trabalho está estruturado de forma a apresentar, inicialmente, os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, passando pela análise das políticas educacionais e desafios da implementação da educação sexual na escola pública, até chegar à abordagem da gestão democrática como ferramenta essencial para sua efetivação.

O segundo capítulo, intitulado "Fundamentos Teóricos: Educação Sexual e Gestão Democrática", traz uma contextualização teórica sobre o tema, destacando os principais conceitos e referenciais que embasam a pesquisa. São abordadas a importância da educação sexual na escola, sua fundamentação legal e pedagógica, os desafios para sua implementação e o papel da gestão democrática nesse processo. Além disso, se discute o panorama da educação sexual no contexto escolar brasileiro, com base em documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de uma discussão sobre

gestão democrática e sua relação com a educação sexual nas escolas. Serão explorados os mecanismos de participação da comunidade escolar, como conselhos escolares e audiências públicas, e discutido o papel dos gestores na mediação do diálogo entre professores, alunos e famílias.

No terceiro capítulo apresenta e analisa a entrevista realizada com uma gestora escolar, a fim de compreender como a educação sexual é percebida e tratada no contexto da gestão escolar. A partir desse diálogo, organizamos a discussão em seis eixos principais: a importância da educação sexual, a situação concreta na escola, as temáticas consideradas necessárias, as resistências e desafios enfrentados, o papel da gestão escolar e, por fim, reflexões e perspectivas que emergem desse cenário. A partir desses eixos, buscamos identificar não apenas os posicionamentos da gestora, mas também as contradições entre discurso e prática, as limitações estruturais e culturais presentes no ambiente escolar e as possibilidades de avanço por meio de uma gestão comprometida com a formação integral dos estudantes.

O último capítulo trará as considerações finais do estudo, retomando a questão-problema e discutindo as principais conclusões obtidas através da entrevista com a gestora da Escola Professora Maria Madalena de Pontes Rodrigues. Também serão sugeridas recomendações para a ampliação do debate sobre educação sexual e gestão democrática no âmbito escolar, além de apontar possibilidades para futuras pesquisas na área.

Dessa maneira, a estrutura do trabalho foi planejada para oferecer uma visão ampla e fundamentada sobre a educação sexual e a gestão democrática, articulando aspectos teóricos, políticos e pedagógicos. A pesquisa busca contribuir para a construção de estratégias mais eficazes na implementação da educação sexual nas escolas públicas, respeitando os direitos dos estudantes e promovendo um ambiente educacional mais acolhedor e informado.

2 EDUCAÇÃO SEXUAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Este capítulo explora os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam a relação entre educação sexual e gestão democrática no contexto escolar. Dividido em dois eixos centrais, o texto discute, inicialmente, os Fundamentos da Educação Sexual, abordando sua importância como direito dos estudantes, seu embasamento legal (ECA, BNCC, DCNs) e os desafios de implementação, como resistências culturais, falta de capacitação docente e desinformação.

Em seguida, analisa o princípio da gestão democrática na educação pública, destacando seu papel na mediação de diálogos sobre sexualidade, na participação da comunidade escolar e na construção de políticas educacionais inclusivas. A discussão evidencia como a gestão democrática pode superar barreiras, promovendo a educação sexual como ferramenta de prevenção à violência, respeito à diversidade e formação cidadã, alinhada a diretrizes nacionais e internacionais. Por fim, reforça a necessidade de articulação entre teoria, políticas públicas e práticas pedagógicas participativas.

2.1 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual nas escolas públicas é um tema amplamente debatido na atualidade, especialmente no contexto da construção de políticas educacionais voltadas à proteção e ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Silva, 2021), (Gomes, 2020) e (Mattos, 2016). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece, em seu artigo 4º, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a efetivação de direitos fundamentais, incluindo a educação, com absoluta prioridade (Brasil, 2023). Assim, a abordagem da educação sexual na escola deve ser entendida como um direito dos estudantes, essencial para sua formação crítica e cidadã. Nesse sentido,

com o avanço da tecnologia, a obtenção de informações sobre sexualidade tornou-se mais acessível, entretanto, isso não garante que todas estejam corretas. Por isso, a Educação Sexual desempenha

um papel indispensável na triagem desse conhecimento para ser utilizada de maneira correta e, conseqüentemente, promovendo hábitos saudáveis (Pontes, 2011, p. 23).

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a escola deve atuar na formação integral do aluno, incluindo conhecimentos sobre saúde, respeito às diversidades e relações interpessoais (Brasil, 2018). Nesse sentido, a educação sexual não deve ser reduzida apenas à questão biológica, mas deve englobar aspectos políticos, emocionais, sociais e culturais, promovendo uma compreensão ampla sobre o problema.

A BNCC reforça a importância da educação integral, incluindo a abordagem de temas que promovam a formação cidadã dos estudantes. Entre esses temas, a educação sexual se destaca como ferramenta de prevenção de abusos e promoção da saúde (Brasil, 2017). A BNCC propõe que, de forma transversal, as competências socioemocionais e os direitos humanos sejam trabalhados, o que inclui a orientação para relações respeitadas e conscientes.

O ECA, por sua vez, garante a proteção integral das crianças e adolescentes, destacando a necessidade de prevenir situações de violência e abuso sexual (BRASIL, 2019). O artigo 130 do ECA, por exemplo, prevê medidas cautelares para afastamento do agressor e proteção da vítima, mostrando como a legislação brasileira reconhece a gravidade desses casos e a necessidade de ações preventivas.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) ressaltam que a escola deve promover um ambiente de respeito à diversidade, estimulando discussões sobre gênero e sexualidade de maneira crítica e reflexiva (BRASIL, 2013). Tais diretrizes orientam que a educação sexual contribua para a formação de sujeitos autônomos e conscientes de seus direitos.

Gomes (2020) reforça que a integração entre família e escola é essencial para o sucesso da educação sexual, visto que o trabalho conjunto pode desmistificar preconceitos e criar um ambiente mais seguro para o diálogo aberto e respeitoso entre todos os envolvidos.

Contudo, mesmo com essas diretrizes, a implementação da educação sexual nas escolas enfrenta obstáculos significativos. Mattos (2011) aponta que, apesar das políticas públicas existentes, ainda há resistência por parte de segmentos da sociedade que veem o tema como tabu, o que dificulta sua efetivação no cotidiano

escolar. A resistência à implementação da educação sexual no ambiente escolar muitas vezes está atrelada a concepções equivocadas que a associam a uma "hipersexualização" da infância.

Segundo Mattos (2011), uma das maiores dificuldades para implementar a educação sexual nas escolas é a resistência cultural. Muitas famílias e até mesmo educadores veem o tema como impróprio para o ambiente escolar, associando-o a uma suposta erotização precoce das crianças e adolescentes. A ausência de materiais didáticos específicos sobre educação sexual contribui para a insegurança dos professores ao abordar o tema em sala de aula. Como destaca Gomes (2020), sem recursos pedagógicos adequados, o tratamento do assunto se torna superficial e pouco efetivo. Mattos (2011) observa que o medo de reações negativas por parte da comunidade escolar e de possíveis sanções legais também desestimula os educadores a tratar do tema de maneira aberta e transparente.

A desinformação também é uma questão a ser discutida, as barreiras culturais e a influência de grupos conservadores que se opõem ao tema impõem dificuldades à abordagem. O Plano Decenal aponta que, na Paraíba, a falta de compreensão sobre o conceito de educação sexual gera resistência por parte de alguns setores da sociedade, dificultando a implementação de políticas públicas eficazes (Paraíba, 2023).

A ausência de recursos e materiais didáticos adequados é outro desafio. Muitas escolas não possuem estrutura suficiente para desenvolver atividades relacionadas à educação sexual, o que compromete a qualidade da formação dos estudantes. Nesse sentido, é fundamental que o poder público invista na produção de materiais pedagógicos que abordem a sexualidade de forma acessível e científica.

A capacitação dos profissionais da educação ainda é um gargalo a ser superado. Muitos docentes não se sentem preparados para abordar a temática em sala de aula, seja por falta de formação ou por receio de represálias. O Plano Decenal recomenda que sejam promovidos cursos e seminários para qualificar os professores, garantindo que a educação sexual seja tratada com responsabilidade e embasamento teórico (Paraíba, 2023).

Segundo o Plano Decenal Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes da Paraíba (2023-2032), a falta de informação e diálogo sobre sexualidade pode aumentar a vulnerabilidade dos jovens a abusos e

exploração sexual (Paraíba, 2023). Dessa forma, a escola desempenha uma função político-pedagógica na disseminação de informações seguras e na construção de um ambiente de respeito e proteção.

A educação sexual desempenha um papel crucial na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. De acordo com o Plano Decenal, a falta de informação sobre sexualidade e direitos pode tornar os jovens mais vulneráveis a abusos e exploração (Paraíba, 2023). Nesse contexto, a escola se torna um espaço estratégico para orientar os alunos sobre seus direitos e os meios de proteção contra a violência. Nessa direção, “a violência sexual pode ser conceituada como: abuso sexual e exploração sexual. A violência sexual é o abuso (com ou sem violência física) da criança ou do adolescente para gratificação sexual de adultos ou de adolescentes” (Risco, 2012, p. 21).

No caso da violência sexual, o atentado violento ao pudor corresponde a 66,4%, além do assédio sexual, que representa 22,4% (Risco, 2012). Estudos indicam que crianças e adolescentes que recebem educação sexual são mais propensos a denunciar situações de abuso, pois desenvolvem maior consciência sobre seus corpos e limites (OMS, 2014). Dessa forma, a implementação de uma agenda de educação sexual nas escolas públicas pode contribuir significativamente para a redução dos índices de violência sexual.

Por fim, a educação sexual deve ser encarada como um direito fundamental dos estudantes, e não como um tema secundário. A gestão democrática das escolas, ao incorporar a educação sexual em suas diretrizes, fortalece a cidadania, o respeito às diversidades e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Portanto, a construção de uma educação sexual efetiva nas escolas requer o alinhamento entre políticas públicas, documentos oficiais e práticas pedagógicas que priorizem o bem-estar e os direitos dos estudantes e ações coordenadas em uma perspectiva da gestão democrática.

2.2 PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A gestão democrática na escola pública é um princípio garantido pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a participação da comunidade escolar

na elaboração e implementação das políticas educacionais (Brasil, 1988). No contexto da educação sexual, a gestão democrática é essencial para a construção de uma agenda que respeite os diferentes atores envolvidos no processo educacional, incluindo professores, alunos, famílias e gestores. Sendo assim, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1990, Art. 5º).

Os gestores escolares desempenham papel central na mediação dos diálogos sobre educação sexual entre professores, estudantes e famílias. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Básica (Brasil, 2013), cabe à liderança escolar fomentar um ambiente que favoreça o diálogo aberto e respeitoso. Gomes (2020) enfatiza que a escuta ativa por parte dos gestores contribui para criar uma cultura institucional que valoriza a participação coletiva, essencial para o sucesso de projetos relacionados à educação sexual.

O ECA também orienta que os gestores devem assegurar a proteção integral dos estudantes, garantindo que denúncias de abusos sejam tratadas com seriedade e que ações preventivas sejam implementadas (Brasil, 2017). Além disso, Mattos (2011) destaca que o gestor escolar deve articular parcerias com instituições de saúde e assistência social, criando uma rede de proteção que fortaleça a abordagem da educação sexual na escola.

Os conselhos escolares também são instâncias fundamentais para assegurar a participação da comunidade na definição das práticas pedagógicas (Brasil, 2013). A atuação proativa dos gestores nesses espaços fortalece a legitimidade das ações voltadas para a educação sexual. Cabe ressaltar que a formação continuada de gestores sobre temas relacionados aos direitos das crianças e adolescentes é crucial para garantir uma gestão escolar alinhada com as orientações da BNCC e do ECA (Brasil, 2017; 2019).

Experiências exitosas mostram que a gestão democrática pode potencializar a implementação da educação sexual nas escolas. Em algumas instituições, projetos interdisciplinares têm promovido discussões abertas sobre sexualidade, com participação ativa de alunos e famílias (Gomes, 2020). Mattos (2011) relata que, quando a escola cria espaços seguros de diálogo, os estudantes se sentem mais à vontade para discutir questões relacionadas à sexualidade e à prevenção de abusos, contribuindo para sua formação cidadã.

Os gestores que priorizam a construção coletiva de projetos pedagógicos conseguem ampliar o alcance das ações educativas, garantindo que a educação sexual faça parte da rotina escolar de maneira natural e respeitosa (Brasil, 2013). Além disso, a integração entre escola e comunidade fortalece as redes de proteção, tornando possível identificar e encaminhar casos de abuso de forma rápida e eficaz (Brasil, 2019).

A adoção de metodologias participativas, como rodas de conversa e oficinas temáticas, tem se mostrado eficaz na construção de um ambiente escolar acolhedor e aberto à diversidade (Gomes, 2020). As iniciativas que integram a formação continuada dos docentes e a participação ativa dos estudantes e famílias reforçam o papel da escola como espaço de promoção da cidadania e dos direitos humanos (Brasil, 2017).

Segundo o Plano Decenal (Paraíba, 2023), a efetividade das políticas de enfrentamento à violência sexual depende de um esforço conjunto entre Estado e sociedade civil. Isso significa que a escola, ao adotar práticas de gestão democrática, deve promover espaços de diálogo, como conselhos escolares e audiências públicas, garantindo que a construção da educação sexual seja participativa e transparente. Segundo Marquezan (2013, p. 2):

A prática educativa envolve diversas estratégias de ensino aprendizagem. Assim, visando estimular uma maior aproximação e interação entre professores e alunos, o enfoque deste guia é indicar diferentes dinâmicas que podem ser aplicadas em sala de aula para o trabalho sobre sexualidade.

Assim é fundamental a gestão democrática e a formação continuada dos professores. O Plano Decenal destaca que a capacitação docente é um dos pilares para o enfrentamento à violência sexual, uma vez que professores bem preparados podem identificar sinais de abuso e orientar os alunos de maneira adequada (Paraíba, 2023). Assim, investir na qualificação dos profissionais da educação é um passo essencial para garantir a implementação de uma educação sexual eticamente referenciada e humanizada.

A participação ativa da comunidade escolar é um dos pilares para a construção de uma agenda eficaz sobre educação sexual. O Plano Decenal enfatiza que a mobilização social e a articulação intersetorial são fundamentais para prevenir e

combater a violência sexual (PARAÍBA, 2023). Nesse contexto, pais e responsáveis devem ser incluídos nos debates, compreendendo a importância da educação sexual para o desenvolvimento crítico dos alunos.

Dessa forma,

A discussão sobre Educação Sexual busca uma perspectiva social, em que a sexualidade ultrapasse os muros da escola. Nesta, o uso de preservativos para prevenção de IST e de gravidez indesejada e as mudanças biológicas do corpo durante a puberdade são temas recorrentes, entretanto, não podem ser abordados exclusivamente (Neri et al., 2015, p. 8).

A experiência de outros países demonstra que a inclusão da família no debate sobre educação sexual reduz a desinformação e o preconceito. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), países que adotam programas de educação sexual baseados em evidências apresentam menores índices de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis (OMS, 2014). Isso reforça a necessidade de uma abordagem integrada e participativa no contexto escolar.

Além disso, a participação dos estudantes nesse processo deve ser incentivada. O Plano Decenal destaca que o protagonismo juvenil é um dos princípios da gestão democrática, garantindo que os alunos sejam ouvidos e possam contribuir na formulação de políticas que os afetam diretamente (Paraíba, 2023). Assim,

é bastante comum que a Educação Sexual seja discutida apenas do ponto de vista biológico, tornando o professor de Biologia o principal responsável por assumir o papel de difusor sobre o tema. Entretanto, os aspectos sociais e psicológicos devem ser levados em consideração, garantindo uma abordagem transversal entre diversas outras disciplinas da grade escolar (Neri et al., 2015).

Dessa maneira, uma agenda de educação sexual construída de forma democrática tende a ser mais eficiente e aceita pela comunidade escolar. A gestão democrática surge como um caminho promissor para superar os desafios da educação sexual nas escolas. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a participação de toda a comunidade escolar é essencial para garantir a pluralidade de ideias e o respeito às diversidades (Brasil, 2013).

Gomes (2020) destaca que a construção coletiva de projetos pedagógicos permite que as especificidades da comunidade escolar sejam respeitadas, aumentando a aceitação da temática de educação sexual. A abertura para o diálogo

contribui para desmistificar preconceitos e resistências. Além disso, o ECA prevê a participação ativa da sociedade na formulação de políticas públicas voltadas para a infância e juventude (Brasil, 2019). Esse dispositivo reforça a importância da gestão democrática como meio de garantir direitos fundamentais, como a educação sexual.

Mattos (2011) argumenta que ao envolver gestores, professores, estudantes e famílias na construção de práticas educativas, a gestão democrática fortalece o vínculo da escola com a comunidade e legitima a abordagem de temas considerados sensíveis. Os conselhos escolares e as audiências públicas, previstos nas políticas educacionais, também são espaços que permitem o debate transparente e inclusivo sobre a importância da educação sexual (Brasil, 2013). Esses espaços democratizam as decisões e fortalecem a implementação de ações pedagógicas alinhadas aos direitos humanos.

Gomes (2020) afirma que a formação de redes de apoio entre escolas, serviços de saúde e conselhos tutelares é uma estratégia eficaz para garantir a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, assegurando que a educação sexual não seja apenas uma diretriz teórica, mas uma prática efetiva.

2.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo, com base nos pressupostos de Triviños (1987), Manzini (2003) e Bardin (2011). A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as percepções da gestão escolar sobre os desafios e possibilidades da implementação da educação sexual, à luz dos princípios da gestão democrática e dos documentos legais que orientam a prática pedagógica.

2.3.1 Sujeito da Pesquisa

O sujeito da pesquisa é a gestora, com 30 anos de atuação na área educacional, 1 ano sendo a atual diretora da escola pesquisada. Sua participação foi escolhida por seu papel central na mediação entre as políticas educacionais, o corpo docente, discente e a comunidade escolar. Sua longa experiência na área oferece um

olhar crítico e fundamentado sobre os entraves e possibilidades de atuação da gestão em relação à educação sexual.

2.3.2 Instrumento e Procedimentos

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada, gravada e transcrita com o consentimento da participante. O roteiro da entrevista foi composto por questões abertas organizadas em torno de cinco eixos temáticos, alinhados aos objetivos da pesquisa:

1. Importância da Educação Sexual – para compreender o grau de prioridade dado à temática;
2. Situação concreta na escola – para mapear a presença ou ausência de ações estruturadas;
3. Temáticas percebidas como necessárias – para identificar as demandas apontadas pela gestão;
4. Resistências e desafios enfrentados – tanto internos quanto externos ao ambiente escolar;
5. O papel da gestão escolar e perspectivas futuras – para entender o engajamento da liderança escolar e as estratégias desejadas.

As respostas evidenciaram, por exemplo, que “nunca houve” nenhuma ação estruturada sobre o tema na escola, e que a gestão reconhece a importância da educação sexual, mas esbarra em “falta de incentivo” e “tabus” presentes na comunidade escolar.

2.3.3 Análise dos Dados

As falas foram organizadas e interpretadas com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), buscando categorizar os enunciados em três grandes dimensões:

- Conformidade com as políticas públicas (BNCC, ECA, Plano Decenal);
- Barreiras culturais e estruturais (falta de formação, resistência familiar, desinformação);
- Possibilidades da gestão democrática na promoção da educação sexual.

Essa categorização permitiu evidenciar o descompasso entre a consciência da gestora sobre a importância do tema e a prática institucional, revelando a necessidade de políticas formativas e estruturantes.

2.3.4 Limitações

Reconhece-se como limitação o fato de que a pesquisa foi realizada com apenas uma gestora, o que não permite generalizações. Entretanto, sua contribuição oferece um recorte significativo da realidade vivida por muitas escolas públicas, fornecendo subsídios valiosos para futuras investigações e intervenções.

3 DIÁLOGO COM GESTORA ESCOLAR: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista com a gestora traz uma visão inquietante sobre a realidade da educação sexual em uma escola, a partir da perspectiva da gestão escolar. Estrutturamos a análise a partir dos seguintes eixos: importância da educação sexual, situação concreta na escola, temáticas necessárias, resistência e desafios, papel da gestão escolar, por fim, reflexões e perspectivas.

3.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A gestora deixa claro que considera a educação sexual um tema muito importante, especialmente se abordado nos anos iniciais do processo de escolarização, para garantir que os alunos estejam bem informados desde cedo. Sendo assim, a gestora declara: *“muito importante porque quanto mais precoce eles estiverem informados melhor ficam”*. Dessa forma, ela evidencia a necessidade de um trabalho educativo contínuo e planejado, que fortaleça o conhecimento dos estudantes e contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

Essa percepção vai ao encontro das diretrizes de saúde pública e educacional, que destacam o papel da informação na prevenção de abusos, doenças e gravidez precoce. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma, em seu artigo 4º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, educação e dignidade (BRASIL, 2017; 2019). Nessa direção,

é necessário que passemos a pensar os assuntos relacionados à sexualidade de forma que envolva não apenas os aspectos anatômicos e fisiológicos, mas também os elementos pertencentes à cultura social ao qual o indivíduo está inserido: construção da identidade, diversidade, autoconhecimento, respeito aos limites do outro, entre outros. (Furlaneto et al., 2018, p. 1)

A importância da educação sexual também está para além da mera disseminação de informações relativas à prevenção de ISTs ou proteção contra

abusos. Essa é uma temática necessária na educação básica uma vez que auxilia na desconstrução de padrões que subjagam as mulheres, que vinculam masculinidade às violências de gênero, padrões heteronormativos, lgbtfobia, em suma, trata-se de uma perspectiva democrática de construção da cidadania.

3.2 SITUAÇÃO CONCRETA NA ESCOLA

Apesar da consciência sobre a importância do tema, o cenário descrito é de inexistência prática. Em outras palavras, a escola nunca abordou formalmente a educação sexual. A resposta da gestora deixa evidente que não existem programas, disciplinas nem materiais de apoio. A formação de professores não contempla a temática, dessa forma a gestora pontua: “*nunca houve*”. Essa ausência evidencia a distância entre o reconhecimento da relevância do tema e sua efetiva implementação no ambiente escolar, o que pode comprometer a formação integral dos alunos.

Essa distância entre a importância percebida pela gestora e a prática, demonstra um descompasso entre discurso e ação. Esse tipo de relação dicotômica entre o pensar e o fazer se reproduz em situações concretas quando se deixa de ter atenção à participação da comunidade, ao Projeto Político Pedagógico e à gestão democrática. Nesse sentido, Gomes (2020) afirma que a construção coletiva de projetos pedagógicos, com a participação da comunidade escolar, é essencial para legitimar práticas como a educação sexual e garantir sua aceitação e continuidade. Assim,

o trabalho pedagógico dentro de uma escola demanda, no mínimo, consulta às pesquisas sobre os temas e problemas que se pretende conhecer, observação das situações concretas e planejamento das ações a se desenvolver. [...] Isso se faz necessário para abrir novos caminhos que levem a melhor forma de abordar assuntos como a educação sexual no espaço escolar. (Silva, 2021, p. 32).

Nesse sentido, verificamos um preocupante descompasso na relação teoria-prática. Ou seja, a gestora compreende racionalmente a importância da educação sexual, todavia não demonstra qualquer iniciativa no sentido de promover práticas educativas nessa direção. Há um certo espontaneísmo nessa perspectiva de gestão, ou seja, se espera que abordagens de educação sexual ocorram casualmente, naturalmente ou espontaneamente. Todavia, o papel político-pedagógico da

gestão escolar deve orientar a perspectiva educativa da escola, por meio do trabalho coletivo, do Projeto Político Pedagógico (PPP), do planejamento, do envolvimento de toda a comunidade escolar. Esperar simplesmente que as coisas ocorram espontaneamente, tende a promover o apagamento da problemática na escola.

3.3 TEMÁTICAS NECESSÁRIAS

Ao questionarmos quais temáticas são consideradas relevantes pela gestão no âmbito da educação sexual, a resposta aponta como demanda central a conscientização sobre anticoncepcionais, demonstrando um foco na prevenção da gravidez precoce. Assim, a gestora afirma: *“acredito que [é muito importante] a conscientização ao uso dos anticoncepcionais, porque existem muitas dúvidas sobre isso. Eles ficam muito perdidos em relação a esse tema”*. Esse posicionamento reforça a importância de desenvolver ações educativas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva, suprimindo lacunas de informação e contribuindo para escolhas mais seguras e responsáveis entre os jovens.

Isso indica uma lacuna de conhecimento entre os estudantes e aponta um possível ponto de partida para ações educativas. Restringir a temática à prevenção de gravidez e ISTs é uma redução da problemática que não abrange dimensões outras da formação cidadã. Como destaca Silva (2022, p. 45), “a educação sexual não deve ser pautada apenas por aspectos biomédicos, mas por reflexões que envolvam gênero, identidade, afetividade e direitos humanos”.

Mais uma vez aqui nos deparamos com a necessidade de ampliar a problemática da educação sexual no debate político-pedagógico que aparece nos diálogos com gestores escolares. Reduzir a questão ao âmbito biológico ou preventivo, esconde uma série de problemas e conflitos que estão postos nas relações de gênero, na construção de identidades, no respeito à diversidade, no enfrentamento ao ódio, à misoginia, aos crimes de lgbtfobia e ao feminicídio.

3.4 RESISTÊNCIAS E DESAFIOS

A gestora reconhece que tabus e inibição ainda são grandes obstáculos, tanto por parte dos alunos quanto da comunidade escolar (inclusive pais). Esses fatores dificultam a abordagem aberta e efetiva da sexualidade. Conforme é colocado pela gestora entrevistada: *“acredito que existe muito tabu em relação a isso pela falta de informação e inibição por parte deles”*. Esse cenário denota necessidade de estratégias educativas que enfrentem essas barreiras culturais, promovendo o diálogo e a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e informativo.

A estratégia mais defendida para enfrentar essas barreiras é a informação — destacando a ideia de que conhecimento gera conscientização, o que por sua vez pode prevenir abusos, exploração e gravidez indesejada. Mattos (2011) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a resistência cultural e a desinformação são entraves centrais à efetivação da educação sexual nas escolas, sendo necessário investimento em formação docente e participação comunitária para superá-lo.

Ampliar o enfrentamento aos tabus em torno da sexualidade exige que a escola se reconheça como um espaço privilegiado de transformação social e promova uma cultura institucional pautada no diálogo e na escuta ativa. A gestão escolar, nesse contexto, precisa assumir um papel articulador, fomentando ações permanentes de formação para toda a comunidade escolar — não apenas para os docentes, mas também para os familiares e demais profissionais da educação. É fundamental romper com a lógica da evasão do tema, substituindo o silêncio por práticas pedagógicas conscientes, interdisciplinares e embasadas em valores democráticos. Afinal, uma educação sexual efetiva é aquela que contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seus direitos, capazes de respeitar a si mesmos e ao outro em suas múltiplas expressões identitárias e afetivas.

3.5 PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR

Há um reconhecimento de que a gestora apoia a educação sexual, especialmente por acreditar que alunos informados se tornam multiplicadores de conhecimento. No entanto, não há ações práticas por parte da gestão para capacitar os docentes ou disponibilizar recursos. Diante disso, mesmo assim, há intenção que

fica evidenciado quando a gestora afirma: “*apoio, porque quanto mais informações os alunos têm vão compartilhando para outros alunos. Eles se tornam multiplicadores de informação*”. Todavia, ao ser questionada acerca das ações concretas realizadas pela escola, afirma de modo taxativo: “*nenhuma. Não existe, se existisse facilitaria*”. Dessa forma, percebe-se a importância e necessidade de políticas para discutir as temáticas, mesmo sendo do interesse da gestora.

Essa contradição entre o discurso e a prática evidencia a necessidade urgente de investimento em formação e estrutura, para que o apoio declarado se traduza em ações concretas dentro da escola. Fica evidente que o principal desafio enfrentado pela gestão é a falta de incentivo e apoio estrutural. Ou seja, políticas públicas, formação, materiais ou cultura institucional. Segundo o Plano Decenal (Paraíba, 2023), a capacitação docente é um dos pilares da gestão democrática, pois profissionais bem preparados conseguem tratar do tema de forma ética, científica e sensível às realidades dos alunos.

Essa lacuna entre intenção e ação denota um modelo de gestão escolar ainda limitado à reprodução de um discurso progressista, sem o devido respaldo institucional para sua concretização. A ausência de políticas públicas eficazes e de uma cultura escolar que legitime a educação sexual como um direito dos estudantes contribui para a manutenção do *status quo*, no qual o tema continua à margem do currículo e das práticas pedagógicas. Para romper com essa lógica, é necessário que a gestão escolar atue de forma propositiva, reivindicando junto às secretarias de educação recursos e programas voltados à formação continuada e ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Somente por meio de uma gestão comprometida com a transformação social e com a valorização da diversidade será possível implementar ações que efetivamente garantam uma educação sexual crítica, inclusiva e emancipatória.

A implementação de uma educação sexual crítica, inclusiva e emancipatória nas escolas só é possível por meio de uma gestão educacional comprometida com a transformação social e com a valorização da diversidade. Diversos estudos indicam que práticas pedagógicas voltadas para a equidade de gênero, o respeito às diferenças e a promoção dos direitos humanos enfrentam barreiras institucionais, que só podem ser superadas com a atuação de gestores sensíveis às demandas da comunidade escolar (Ferreira; Henning, 2023).

Uma gestão engajada é essencial para garantir formação continuada aos docentes, apoiar projetos interdisciplinares e assegurar que os currículos contemplem discussões sobre sexualidade, identidade de gênero e diversidade, como evidenciado em experiências práticas bem-sucedidas em escolas públicas (Santos; Almeida, 2021; Gomes; Carvalho, 2022). Além disso, a ausência de políticas claras e ações afirmativas nas instituições perpetua a marginalização de sujeitos historicamente silenciados, como pessoas LGBTQIA+ e com deficiência, o que reforça a urgência de gestões que se posicionem politicamente pela inclusão (Oliveira; Moura, 2020; Lima; Araújo, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como foco investigar a função pedagógica da gestão escolar na implementação da educação sexual em escolas públicas, à luz dos princípios da gestão democrática. Partindo da constatação de que a educação sexual ainda é um tema marcado por resistências culturais e omissões institucionais, a pesquisa buscou compreender como a atuação da gestão pode ser estratégica na superação desses obstáculos e na promoção de uma formação cidadã, crítica e preventiva.

O referencial teórico foi construído com base em autores como Gomes (2020), Mattos (2011), Pontes (2011), além de documentos legais como a BNCC, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Plano Decenal Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. A abordagem metodológica foi qualitativa, utilizando entrevista semiestruturada com uma gestora escolar da rede pública, com posterior análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011).

A análise demonstrou uma lacuna entre a percepção da importância da educação sexual e sua efetiva inserção nas práticas escolares. A gestora entrevistada reconhece o valor do tema, mas aponta a inexistência de ações concretas na escola, mencionando a ausência de formação para professores, materiais didáticos e apoio institucional. Dentre os principais desafios estão os tabus culturais, a falta de incentivo e o medo de retaliações por parte da comunidade escolar.

Os resultados apontam que a gestão escolar pode ter um papel protagonista na implementação da educação sexual, desde que esteja pautada na escuta ativa, na articulação com a comunidade e na promoção de formação continuada para os profissionais da educação. A gestão democrática se apresenta, portanto, como ferramenta fundamental para a construção de uma política educacional mais inclusiva, participativa e protetiva dos direitos das crianças e adolescentes.

O objetivo principal deste TCC foi analisar de que maneira a gestão democrática pode contribuir para a efetivação da educação sexual nas escolas públicas, especialmente no que se refere à prevenção de violências, promoção da

saúde e respeito à diversidade. A pesquisa também teve como objetivo identificar os entraves institucionais e culturais que dificultam a implementação dessa prática nas escolas.

A partir da entrevista realizada e da revisão teórica aprofundada, considero que os objetivos foram plenamente alcançados. Foi possível evidenciar os principais fatores que limitam a prática da educação sexual no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, destacar os caminhos possíveis para sua superação. A pesquisa demonstrou que a atuação da gestão escolar é fundamental, desde que apoiada por políticas públicas, formação docente e participação ativa da comunidade.

Durante a elaboração deste TCC, construí aprendizagens significativas tanto no campo teórico quanto na dimensão prática da pesquisa educacional. Compreendi que a educação sexual não se resume a conteúdos biológicos, mas envolve questões sociais, emocionais, culturais e políticas, que precisam ser tratadas de forma ética, crítica e contextualizada. Aprendi também que a gestão democrática é um elemento central para a efetivação de práticas educacionais inclusivas e transformadoras.

Além disso, pude desenvolver habilidades metodológicas importantes, como a condução de entrevistas, análise de conteúdo e articulação entre teoria e prática. O contato direto com a realidade da escola, por meio da fala da gestora, me permitiu compreender os desafios concretos vividos pelas instituições públicas e a urgência de ações estruturadas que promovam o bem-estar e os direitos dos estudantes. Essa experiência reafirmou meu compromisso com uma educação pública de qualidade, que respeite as diversidades e promova a justiça social.

A gestora gostaria de ver a criação de projetos e disciplinas específicas para abordar a temática, além do uso de palestras e vídeos como ponto de partida para iniciar a abordagem. Existe uma expectativa de que a escola, junto à família e professores, tenha papel protagonista na formação de alunos mais conscientes, responsáveis e preparados para lidar com sua sexualidade de forma saudável e segura.

A entrevista expõe um cenário de grande potencial, mas pouca implementação prática. Apesar do reconhecimento da importância da educação sexual, a ausência de ações concretas — programas, formações, materiais e estratégias — compromete o impacto positivo que poderia ser gerado.

O principal caminho sugerido para o futuro é investir em projetos estruturados, capacitação docente e envolvimento da comunidade escolar. O desejo de mudança existe, mas precisa ser transformado em política institucional e prática pedagógica efetiva.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.
- FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMANN, Franciele; COSTA, Cristofer Batista da; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/19805314-cp-48-168-550.pdf>. Acesso em 15 de jan. de 2020.
- GOMES, A. G. **Educação sexual na escola: desafios e perspectivas**. Franca: Universidade de Franca, 2022.
- MANZINI, Eduardo José. **A pesquisa qualitativa na formação do professor: a construção do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARQUEZAN, R. **Dinâmicas sobre educação sexual: estratégias lúdicas**. 2013.
- MATTOS, G. et al. **Educação Sexual e Direitos das Crianças e Adolescentes no Contexto Escolar Brasileiro**.
- MATTOS, J. D. **Educação sexual e a proteção integral de crianças e adolescentes**. Araçatuba: Universidade Estadual Paulista, 2019.
- NERI, M. et al. Educação sexual na escola: desafios e possibilidades. In: **CONGRESSO NACIONAL DE GÊNERO E SEXUALIDADE**, 11., 2015, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10586>. Acesso em: 14 maio 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência**. Genebra: OMS, 2014.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- PARAÍBA. **Plano Decenal Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2023-2032)**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2023.
- PONTES, A. Educação sexual: conceitos e práticas pedagógicas. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU)**, 2011, João Pessoa. Anais [...]. João

Pessoa: Realize Editora, 2011. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10586>. Acesso em: 14 maio 2025.

RISCO. **Relatório sobre violência sexual e seus impactos**. 2012.

SANTOS, R. S. P. **Gestão escolar e educação sexual**: políticas públicas e desafios contemporâneos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

SILVA, Rosemary dos Santos Pereira. **Educação sexual como desafio à gestão escolar**: uma abordagem sob a perspectiva da educação popular. 2021. 57 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.